



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ÍNDICE

- 1 – DISPOSIÇÕES INICIAIS**
- 2 - DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO**
- 3 - DO OBJETO**
- 4 - DO VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO**
- 5 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 6 - DOS ESCLARECIMENTOS**
- 7 - DA IMPUGNAÇÃO**
- 8 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
- 9 - DA VISITA TÉCNICA**
- 10 - DA HABILITAÇÃO**
- 11 - DO ENVELOPE I - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**
- 12 - DO ENVELOPE II - DA PROPOSTA TÉCNICA**
- 13 - DO ENVELOPE III - DA PROPOSTA COMERCIAL**
- 14 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES**
- 15 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 16 - DOS RECURSOS**
- 17 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**
- 18 - DO TERMO DE CONTRATO**
- 19 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**
- 20 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO**
- 21 - DO REAJUSTE DE PREÇOS**
- 22 - DAS ALTERAÇÕES E DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES**
- 23 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**
- 24 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 25 - DA FISCALIZAÇÃO**
- 26 - DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
- 27 - DO FORO**
- 28 - DOS ANEXOS**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

TOMADA DE PREÇOS CFMV Nº 01/2017

(RETIFICADO)

A Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria n.º 047, de 12/12/2016, do Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n.º 8.538, de 06 de outubro de 2015, Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 11 de outubro de 2010, que realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, tipo **TÉCNICA E PREÇO**, sob o regime de execução indireta de empreitada por **PREÇO GLOBAL**, destinada à contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na Elaboração de Projetos Básico e Executivo, mediante as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES
"DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO", "PROPOSTA TÉCNICA" E
"PROPOSTA COMERCIAL"

LOCAL	Sede do CFMV End: SIA Trecho 06, Lotes 130 e 140 - Brasília/DF CEP 71205-060
DATA	04/07/2017
HORÁRIO	10h (horário de Brasília)

1 – DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. Este edital, bem como seus anexos, estará disponível no *site* do CFMV, no seguinte endereço: <http://portal.cfmv.gov.br/portal/licitacoes/index/secao/1>.

1.1.1. Caso exista interesse, os licitantes poderão comparecer à Sede do CFMV, munido de mídia CD-R, DVD, DVD-R, ou “pen-drive”, apto à gravação de todos os arquivos do Edital e seus anexos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

1.2. Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a esta Tomada de Preços serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

1.3. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS:

1.3.1. Até às **09:45 horas, do dia 21 de junho de 2017**, na Sede do CFMV, no endereço: SIA Trecho 06, Lotes 130 e 140, Brasília/DF deverão ser entregues os Envelopes n^os I, II e III.

1.3.2. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no preâmbulo deste Edital e conter os três envelopes acima mencionados, além das declarações complementares, com antecedência **mínima de 1 (uma) hora** do momento marcado para abertura da sessão pública.

1.3.3. Às **10 horas, do dia 21 de junho de 2017**, na Sede do CFMV, no endereço: SIA Trecho 06, Lotes 130 e 140, Brasília/DF será iniciada a abertura da Sessão Pública.

2 - DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

2.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

2.1.1. Titular da empresa licitante, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

2.1.2. Representante designado pela empresa licitante, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;

2.1.2.1. No caso do subitem anterior, o representante do licitante deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitação, também, a carta de credenciamento, conforme o modelo constante do anexo V.

2.1.2.2. O não credenciamento de representante legal na sessão pública, ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados, não inabilita o licitante, mas inviabiliza sua manifestação em quaisquer atos da presente licitação.

2.2. A documentação apresentada pelo titular ou representante da licitante deverá ser entregue mediante cópia autenticada em cartório ou cópia acompanhada da via original para conferência e atesto de sua autenticidade por servidor do CFMV.

2.3. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

2.4. Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitantes retardatários, a não ser como ouvinte.

3 - DO OBJETO

3.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para elaboração de **PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA**, conforme condições e detalhamentos contidos no Anexo I, parte integrante deste Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

4 - DO VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

4.1. O valor estimado para a contratação é de **R\$ 647.647,65 (seiscentos e quarenta e sete mil, seicentos e quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos)**, conforme consta do detalhamento dos custos constantes da planilha de custos médios de mercado, anexo IX do Edital.

5 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. A despesa decorrente deste objeto está prevista na Rubrica nº 6.2.2.1.1.01.01.01.0001.0005 (Obras em Andamento) do plano de contas em vigor.

6 - DOS ESCLARECIMENTOS

6.1. As informações e esclarecimentos sobre o edital e seus anexos poderão ser solicitados à Comissão Permanente de Licitação em **até 05 (cinco) dias** úteis antes da data fixada para a abertura das propostas, exclusivamente por *e-mail* ***cpl@cfmv.gov.br***.

6.2. As respostas às solicitações de informações e esclarecimentos e possíveis retificações do Edital serão divulgadas no sítio do CFMV <http://portal.cfmv.gov.br/portal/licitacoes/index/secao/1>.

7 - DA IMPUGNAÇÃO

7.1. Qualquer **cidadão** poderá impugnar os termos do presente Edital por irregularidade na aplicação das normas que orientam as contratações públicas, devendo protocolar o pedido **até 05 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Comissão Permanente de Licitação julgar e responder a impugnação em **até 03 (três) dias úteis**, a contar do seu recebimento.

7.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o **licitante** que não apontar as falhas ou irregularidades nele supostamente existentes **até o segundo dia útil** que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, ficando esclarecido que a intempestiva comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.

7.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

7.4. As impugnações deverão ser **OBRIGATORIAMENTE** protocoladas na sede do CFMV em Brasília/DF, no setor de Protocolo, situado no SIA Trecho 06, Lotes 130 e 140, em dias úteis, das 8h às 12h e das 13h às 17h (Horário de Brasília) Cep: 71.205-060.

8 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

8.1. Poderão participar as empresas cujo **ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação**, o que será verificado em seu ato constitutivo.

8.2. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução da obra, e desde que executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

8.3. Não poderão participar desta TOMADA DE PREÇOS:

8.3.1. interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

8.3.2. interessados suspensos de participar de licitações e impedido de contratar com o CFMV, conforme art.87, inciso III, da Lei nº 8.666/93;

8.3.3. entidade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

8.3.4. interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

8.3.5. o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

8.3.6. entidade empresarial responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

8.3.7. servidor ou dirigente deste CFMV ou responsável pela licitação;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

8.3.8. empresas que possuem em seu quadro de funcionários, corpo diretivo/societário pessoa física familiar de agente público do CFMV, que exerça cargo em comissão ou função de confiança.

8.3.8.1. Entende-se por familiar: o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

8.3.9. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

8.3.10. empresário individual, sociedade empresária, sociedade simples ou empresa individual de responsabilidade limitada proibido de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

8.3.11. empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

8.3.12. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

8.3.13. pessoas jurídicas que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

8.3.14. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

9 - DA VISITA TÉCNICA

9.1. A Licitante poderá visitar o local onde serão executados os serviços objeto desta Tomada de Preço para inteirar-se das condições e do grau de dificuldades existentes.

9.1.1. Recomenda-se que as licitantes efetuem a visita técnica ao CFMV, visto que o objeto da licitação se refere à elaboração de projeto de arquitetura e engenharia complexos cuja análise *in loco* dos detalhes técnicos é de suma importância para que se evite ou, ao menos, minimize possíveis distorções no desenvolvimento dos estudos e na confecção da proposta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

9.2. A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo, neste caso, **OBRIGATÓRIO** a apresentação de declaração assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por essa declaração, ficando impedida de pleitear, no futuro, por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

9.2.1. A licitante deverá apresentar, no envelope juntamente com a documentação referente à fase de habilitação, a **Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto**, assinada preferencialmente pelos profissionais responsáveis técnicos pela Coordenação e desenvolvimento dos Projetos de Arquitetura da licitante, em papel timbrado da empresa e em conforme modelo indicado no Anexo IV-A.

9.3. Caso a licitante tenha interesse de realizar a visita técnica, esta deverá ser realizada preferencialmente pelos profissionais responsáveis técnicos pela Coordenação e desenvolvimento dos Projetos de Arquitetura da licitante.

9.3.1. O responsável deverá estar devidamente identificado e portando a **Declaração de Profissional Autorizado a Realizar a Vistoria** no CFMV, em papel timbrado da empresa, conforme modelo também indicado no Anexo IV-A;

9.3.2. Quando da realização da visita técnica, será fornecido pelo CFMV a **Declaração de Comprovante de Vistoria** ao local do projeto e áreas adjacentes, conforme modelo indicado no Anexo VI, a qual deverá ser apresentada no envelope juntamente com a documentação referente à fase de habilitação.

9.3.3. Esta vistoria deverá ser efetivada até 3 dias úteis antes da data marcada para licitação, e deverá ser agendada junto à Gerente do Projeto, Sra. Lourdes, pelo telefone (61) 2106-0469, nos horários de 09h00 as 12h00 e de 14h00 as 17h00.

10 - DA HABILITAÇÃO

10.1. Participarão desta licitação entidades com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação aos níveis habilitação jurídica, regularidade fiscal federal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, §3º, 13, 14, 18 e 43, III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, e entidades não credenciadas no referido sistema, mas que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

10.1.1. As licitantes que não atendam aos requisitos para a emissão do Certificado de Registro Cadastral perante o SICAF, deverão encaminhar para a Comissão de Licitação a documentação de Habilitação Cadastral até o terceiro dia anterior à data prevista para a abertura das propostas, que ficará sob custódia da Comissão e comporá a documentação de habilitação junto com os demais documentos exigidos neste edital, nos termos do art. 22, §2º da Lei 8.666, de 1993.

10.1.2. Os documentos da Habilitação Cadastral correspondem aos itens de (1) Habilitação Jurídica e (2) Regularidade Fiscal (em nível Federal e Estadual) e Trabalhista, exigidos neste edital, conforme dispõe o art. 10 da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02, de 2010, os quais deverão ser acondicionados em envelope, conforme estabelecido para os documentos de habilitação.

10.1.3. A apresentação dos documentos da Habilitação Cadastral não isenta a entrega do envelope pertinente aos demais Documentos de Habilitação.

10.2. Para a habilitação regulamentada na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, o interessado deverá atender às condições exigidas para cadastramento no SICAF, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

10.2.1. O SICAF será utilizado para aferição da habilitação jurídica e da regularidade fiscal federal por meio de consulta "on line". A regularidade trabalhista será aferida por meio da apresentação de Certidão emitida pelo sítio oficial do Tribunal Superior do Trabalho, caso a informação não esteja disponível no SICAF.

10.2.2. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF. A validade das certidões emitidas por meio da rede mundial de computadores (Internet) ficará condicionada à verificação da sua legitimidade por meio de consulta "on line".

10.2.3. Procedida a consulta, serão impressas declarações demonstrativas da situação de cada licitante credenciado, que serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação, bem como pelos representantes legais das empresas licitantes.

11 - DO ENVELOPE I - DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

11.1. A Documentação de Habilitação deverá ser entregue separadamente em envelope fechado e lacrado, rubricado no fecho e identificado com o nome e CNPJ do licitante e contendo em sua parte externa e frontal, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

Envelope I – Documentação para Habilitação
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA – CFMV
TOMADA DE PREÇOS nº 01/2017
Razão Social da Proponente e CNPJ

11.2. A título de habilitação no certame, a Licitante deverá apresentar os seguintes documentos, salvo quando as informações pertinentes estiverem contempladas de forma regular no SICAF:

11.3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cédula de identidade do signatário da proposta, assim como, no caso de procurador, cópia do instrumento de mandato com a outorga de poderes para representar o licitante nos atos inerentes ao certame;
- b) no caso de empresário individual: Cópia de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- c) no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) no caso de sociedade simples: Cópia da inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Instrução Normativa nº 10, de 05/12/2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI;
- f) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

g) no caso de cooperativa, ata de fundação; estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou, editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais e ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

11.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

11.5. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- f) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11.6. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;
- e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal do domicílio ou sede do licitante;
 - f.1) caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.7. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.7.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.8. Em quaisquer das situações estabelecidas no subitem **11.6.** deste Edital, caso alguma certidão esteja com prazo vencido, a COMISSÃO poderá fazer consulta por meio eletrônico (internet), para comprovação dessa regularidade, podendo, ainda, a licitante apresentar cópia autenticada desses documentos, na sessão pertinente.

11.9. Em atendimento à Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e Decreto n. 8.538/2015, todos os licitantes deverão apresentar os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista **das empresas indicadas como subcontratadas**, sob pena



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

de desclassificação da licitante, salvo no caso do licitante ser microempresa ou empresa de pequeno porte, situação essa que a subcontratação não será aplicável.

11.10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.10.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em nome do Licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, na qual conste responsável técnico com, no mínimo, habilitação para elaboração de projetos de arquitetura/engenharia, emitida pelo CREA/CAU da jurisdição da sede do Licitante, acompanhada do registro/inscrição junto ao respectivo conselho.

11.10.2. Comprovação de aptidão (capacidade técnica e operacional da empresa), de acordo com o especificado no item **11.11.** deste Edital.

11.11. Os Critérios para Comprovação da capacidade técnica e operacional da empresa, constante do item **11.10.2.**, diz respeito à declaração de que a Licitante dispõe, na data prevista para entrega das propostas, de profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes às do objeto licitado, sendo comprovado mediante:

- a) **indicação da equipe mínima de profissionais** adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação que se responsabilizarão pelos projetos, apresentada por meio de relação conforme modelo no Anexo X (podendo ser acrescentados tantos profissionais quanto desejado), acompanhado de **Termo de Compromisso** a ser preenchido por toda a equipe técnica indicada para prestação dos serviços, conforme modelo no Anexo X-A.
- b) **apresentação de atestado de capacidade técnica** em nome da Licitante e do Coordenador/Responsável Técnico, nos termos do item **11.13.**

11.12. Em decorrência das funções envolvidas na consecução do objeto, a Licitante deve comprovar a disponibilidade de profissionais qualificados para, no mínimo cada uma das seguintes habilitações:

- a) **01 (um) Arquiteto com a função exclusiva de Coordenador** dos Serviços e compatibilização dos projetos, orçamentos, especificações técnicas dentre outros, de acordo com sua atribuição técnica;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- b) **01 (um) Arquiteto responsável** pelo desenvolvimento dos projetos de arquitetura, layout, urbanização e paisagismo dentre outros, de acordo com sua atribuição técnica;
- c) **01 (um) Engenheiro Civil** responsável pelo desenvolvimento dos projetos de fundações e cálculo estrutural em concreto e aço, de acordo com sua atribuição técnica;
- d) **01 (um) Engenheiro Civil** responsável pelo desenvolvimento dos projetos de reuso, impermeabilização, hidro sanitários dentre outros, de acordo com sua atribuição técnica;
- e) **01 (um) Engenheiro Mecânico** responsável pelo desenvolvimento dos projetos de prevenção e combate a incêndios, climatização, exaustão mecânica, transporte vertical (elevadores) dentre outros, de acordo com sua atribuição técnica;
- f) **01 (um) Engenheiro Eletricista** responsável pelo desenvolvimento dos projetos de elétrica, eletrônica, rede lógica, segurança, automação, controle de acesso, SPDA, aterramento dentre outros, de acordo com sua atribuição técnica;
- g) **01 (um) profissional de nível superior responsável pela etiquetagem** energética da edificação, não necessariamente vinculado aos sistemas CAU/CONFEA, com experiência comprovada em atestado de capacidade técnica.

11.12.1. No caso da proposição de outros profissionais não contemplados no item anterior, além da qualificação, deverá ser demonstrada a habilitação mediante documentação emitida pelo Conselho de Fiscalização Profissional competente.

11.12.2. A função de Coordenação dos Projetos será exercida, exclusivamente, por profissional habilitado em Arquitetura, que deverá obrigatoriamente integrar o quadro permanente do Licitante, devendo tal condição ser comprovada conforme previsto no item **11.13.** do Edital.

11.12.2.1. Os projetos de arquitetura constituem a base para o desenvolvimento, compatibilização e ajustes dos sistemas que compõem a edificação e intervenções externas. Dessa forma, entende-se que é necessário que o Coordenador dos trabalhos tenha habilitação em Arquitetura e que seja o responsável técnico pela empresa Licitante, assegurando sua efetiva participação no processo de trabalho de





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

coordenação e desenvolvimento dos projetos e não somente na habilitação da empresa para fins de licitação, não acumulando as atividades de projeto e coordenação.

11.12.2.1. Demais profissionais exigidos, atuarão na elaboração dos projetos de acordo com suas atribuições profissionais, regulamentadas pelos respectivos Conselhos. Como o objeto pressupõe a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia completos, está previsto a atuação de profissionais nas quatro fundamentais disciplinas: arquitetura, engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia mecânica, além da etiquetagem energética, de forma a garantir a integralidade do objeto.

11.13. Na data prevista para entrega dos documentos, a Licitante deverá comprovar que possui em seu quadro permanente **Responsável Técnico de nível superior** reconhecido e habilitado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, detentor de **Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de, pelo menos, 01 (uma) Certidão de Acervo Técnico - CAT**, que comprove a execução de serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação e **cuja(s) parcela(s) de maior relevância técnica e valor significativo tenha(m) sido: coordenação e elaboração de projetos de arquitetura, engenharia e serviços afins para projetos de construção e/ou reforma de edifícios institucionais (escritórios) de uso público ou privado, com área mínima de 1.900,00 m².**

11.13.1. O atestado deve conter todos os dados necessários à perfeita caracterização dos requisitos a serem comprovados, considerados como relevantes e de complexidade similar ao objeto desta licitação. Não serão admitidos atestados fornecidos por pessoa física.

11.13.2. As Certidões de Registro de Pessoa Física e Jurídica no CREA/CAU e as Certidões de Acervo Técnico (CAT) emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de sua autenticidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão de Licitação, se julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer da sessão ou quando da realização de diligências, juntando aos autos dos documentos de confirmação da autenticidade.

11.13.3. Caso o licitante seja sociedade cooperativa, os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica de que trata esse subitem devem ser cooperados, demonstrando-se tal condição através da apresentação das respectivas atas de inscrição, da comprovação da integralização das respectivas quotas-partes e de três registros de presença desses cooperados em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais, bem como da comprovação de que estão domiciliados em



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

localidade abrangida na definição do artigo 4º, inciso XI, da Lei nº 5.764, de 1971;

11.14. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.14.1. Para a comprovação da **qualificação econômico-financeira**, as licitantes deverão apresentar **índice de liquidez geral, solvência geral e liquidez corrente igual ou maior que 1,0**, em atendimento ao § 1º, art. 31, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, conforme Decisão 217/2002-TCU – Plenário, constante do SICAF.

11.14.2. A licitante que apresentar a situação financeira da empresa com **resultado menor que 1,0 em qualquer um dos índices contábeis deverá comprovar**, por intermédio de registro na Junta Comercial do último balanço publicado na forma da lei, que possui patrimônio líquido ou capital social mínimo igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação.

11.14.3. Caso a licitante não tenha cadastro no SICAF, deverá apresentar:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a.1). O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

a.2). As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento.

a.3). Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

b) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “online”, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL, OU LIQUIDAÇÃO JUDICIAL, OU EXECUÇÃO PATRIMONIAL, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (TRINTA) dias contados da data da sua apresentação;

11.15. DAS DECLARAÇÕES

11.15.1. Declarações constantes no Anexo IV.

11.15.2. Declaração do representante legal da Licitante de que o Coordenador do Projeto e os profissionais que integram a equipe discriminada pela Licitante para o desenvolvimento dos trabalhos examinaram o Projeto Básico, tendo sido cuidadosamente verificado o grau de dificuldade para o perfeito cumprimento do objeto, conforme modelo no **Anexo IV-B**.

11.15.3. Declaração de Pleno Conhecimento do objeto ou Declaração do comprovante de Vistoria, conforme os **Anexos IV-A ou VI**.

11.15.4. Termo de compromisso de manutenção de sigilo, conforme **Anexo VII**, somente no caso de visita técnica.

12 - DO ENVELOPE II - PROPOSTA TÉCNICA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

12.1. A Proposta Técnica deverá ser entregue separadamente, em envelope fechado e lacrado, rubricado no fecho e identificado com o nome e CNPJ do licitante, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

Envelope II – PROPOSTA TÉCNICA
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA – CFMV
TOMADA DE PREÇOS nº 01/2017
Razão Social da Proponente e CNPJ

12.2. Cada Licitante deverá apresentar somente 1 (uma) única proposta técnica, não sendo admitidas propostas alternativas.

12.3. A Proposta Técnica constante do Envelope no II deverá ser apresentada em 1 (uma) via impressa, paginada sequencialmente, datada, assinada, rubricada em todas as folhas pelo representante legal do Licitante ou por seu procurador, devidamente qualificado, e isenta de emendas, rasuras, ressalvas e entrelinhas.

12.4. A avaliação técnica do Licitante será feita por meio da contabilização de pontos em dois fatores distintos, a saber: **Fator I** e **Fator II**.

12.4.1. O Fator I (F¹) avalia a **Capacidade Técnica do Licitante**, em função da composição da equipe alocada para a consecução do objeto da licitação.

12.4.2. O Fator II (F²) avalia a **Experiência Técnica do Licitante**, em função da experiência dos integrantes da equipe alocada.

12.5. CONSIDERAÇÕES SOBRE O FATOR I (F¹) - CAPACIDADE TÉCNICA

12.5.1. Para compor a equipe técnica, a Licitante poderá se valer dos profissionais de seu quadro permanente ou profissionais alocados/subcontratados especificamente para o cumprimento do objeto contratual.

12.5.2. Os membros da equipe técnica devem ter formação específica nas respectivas áreas de atuação, de acordo com as atribuições conferidas pelos Conselhos de Fiscalização Profissional competentes, com exceção do profissional responsável pela etiquetagem energética.

12.5.3. A COMPROVAÇÃO da vinculação dos profissionais à equipe técnica deverá ser demonstrada por meio da apresentação de **declaração de compromisso dos profissionais a serem agregados ao trabalho**, dispondo-se à sua execução e responsabilidade técnica, ao longo do período que vier a ser estabelecido no Contrato a ser firmado com o Conselho Federal de Medicina





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Veterinária – CFMV, conforme **Anexo XI** e também mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) **sócio:** cópia do Contrato Social/Estatuto devidamente registrado no órgão competente e sua última alteração;
- b) **diretor:** cópia do Contrato Social/Estatuto e da ata de eleição registrada;
- c) **empregado permanente da empresa:** cópia da CTPS com prazo do contrato compatível com os serviços a serem prestados;
- d) **responsável técnico:** cópia da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA/CAU da Sede ou Filial do Licitante, onde conste o registro do profissional como Responsável Técnico;
- e) **profissional contratado:** contrato de prestação de serviços regidos pela legislação civil comum ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso a licitante se sagre vencedora do certame.
- f) **registro junto ao CREA/CAU para cada profissional indicado;**
- g) caso a licitante seja cooperativa, os responsáveis técnicos e membros da equipe técnica devem ser cooperados, demonstrando-se tal condição através da apresentação das respectivas atas de inscrição, da comprovação da integralização das respectivas quotas-partes e de três registros de presença desses cooperados em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais, bem como da comprovação de que estão domiciliados em localidade abrangida na definição do artigo 4º, inciso XI, da lei nº 5.764, de 1971;

12.5.4. Para fins de pontuação, a **composição da equipe técnica observará os limites máximos e mínimos** indicados na Tabela de Profissionais da Equipe Técnica quanto ao número de profissionais alocados por especialidade ou função (NP).

12.5.5. É admissível a multiplicidade de atribuições para um mesmo profissional, desde que legalmente habilitado, excetuando-se o Coordenador dos Projetos, que será exercida com dedicação exclusiva, não sendo admitida atribuição de nenhuma outra função ao profissional indicado para o seu exercício.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

12.5.6. A cada profissional alocado por área de atuação será concedido um ponto, mantido o máximo de pontos estabelecidos na tabela mostrada a seguir. Os profissionais que excederem ao número máximo permitido em cada área de atuação não serão pontuados.

12.5.7. Tabela de pontuação dos profissionais da Equipe Técnica, por área de atuação:

ÁREA DE ATUAÇÃO		PONTOS (NP)
a	Coordenação dos projetos	1
b	Projeto de arquitetura	2
c	Projeto de fundações	1
d	Projeto de estrutura (cálculo estrutural)	2
e	Projeto de instalações eletroeletrônicas	2
f	Projeto de instalações hidrossanitárias	1
g	Projeto de ar condicionado, exaustão e ventilação mecânica	1
h	Projeto de Detecção e combate a incêndio	1
i	Etiquetagem Energética	1
TOTAL MÁXIMO		12

12.5.8. O total de pontos do Fator I - Capacidade Técnica do Licitante (F¹), será calculado pelo somatório dos pontos (NP) obtidos com o número de profissionais, habilitados e qualificados, propostos pelo Licitante para compor seu quadro técnico, conforme fórmula a seguir :

$$F^1 = \sum NP$$

12.5.9. A pontuação máxima possível para o Fator I (F¹) será, portanto, de 12 (doze) pontos.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

12.5.10. A pontuação mínima possível para o Fator I (F¹) será, de 9 (nove) pontos, distribuídos em pelo menos um ponto para cada profissional de cada área de atuação, listados de “a” a “i” na tabela.

12.5.11. As Licitantes que não atingirem a pontuação mínima exigida serão automaticamente desclassificadas.

12.5.12. No caso de duas ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional em suas equipes técnicas, ambas serão inabilitadas.

12.5.13. Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se, caso aceito pelo CONTRATANTE, excepcionalmente, a substituição por profissionais de mesmas qualificações ou superiores exigidas do substituído desde que por motivos julgados relevantes e aceitos pela Contratante.

12.6. CONSIDERAÇÕES SOBRE O FATOR II (F²): - EXPERIÊNCIA TÉCNICA

12.6.1. A avaliação do Fator II - Experiência do Licitante (F²) tem como objetivo aferir sua experiência por meio da execução, pela equipe técnica apresentada, de serviços com características e complexidade compatíveis com as do objeto desta Tomada de Preços.

12.6.2. A pontuação neste fator será diretamente proporcional ao número de atestados (NA) apresentados pelo Licitante (1 ponto por cada atestado aceito), observados os limites previstos na tabela abaixo. Observar que o número máximo de atestados é relativo a cada área de atuação, sendo que os atestados excedentes não serão pontuados.

12.6.3. Da mesma forma em relação ao número máximo de atestados (NA) por profissional, sendo que também neste caso os atestados excedentes não serão pontuados. Quando houver mais de um profissional, o número de pontos será computado a partir da soma dos atestados individuais válidos apresentados por cada profissional.

ÁREA DE ATUAÇÃO		PONTOS (NA) MÁXIMO
a	Coordenação dos projetos	2
b	Projeto de arquitetura	4





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

c	Projeto de fundações	3
d	Projeto de estrutura concreto	2
e	Projeto de estrutura metálica	2
f	Projeto de instalações eletroeletrônicas	4
g	Projeto de instalações hidráulicas e sanitárias	2
h	Projeto de ar condicionado, exaustão e ventilação mecânica	2
i	Projeto de prevenção e combate a incêndio	2
j	Etiquetagem Energética	2
TOTAL MÁXIMO		25

12.6.4. Cada Licitante deverá apresentar relação, conforme Anexo XIII, na qual serão indicados os principais elementos comprobatórios dos atestados apresentados para o Fator II (F²), por profissional e também as quantidades máximas e mínimas.

12.6.5. Para cada projeto elaborado pelos membros das equipes, cujo atestado seja considerado válido e no qual tenham sido atendidas as características de complexidade, relevância e similaridade, será atribuído 1 (um) ponto, respeitados os limites definidos na Tabela.

12.6.6. O total de pontos do Fator II - Experiência do Licitante (F²) será calculado pelo somatório dos pontos obtidos com o número de atestados (NA) apresentados pela Licitante e considerados qualificados, conforme fórmula a seguir:

$$F^2 = \sum NA$$

12.6.7. A pontuação máxima possível para o Fator II (F²) será, portanto, de 25 (cinco e cinco) pontos.

12.6.8. A pontuação mínima possível para o Fator II (F²) será, de 10 (dez) pontos, distribuídos em pelo menos um ponto para atestado válido para cada área de atuação, listados de “a” a “j” na tabela.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

12.6.9. As Licitantes que não atingirem a pontuação mínima exigida serão automaticamente desclassificadas.

12.6.10. No caso de duas ou mais Licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como comprovação de experiência técnica, ambas serão inabilitadas.

12.7. CONSIDERAÇÕES SOBRE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA A APRESENTAR

12.7.1. Para fins editalícios considera-se válido, para fins de habilitação e comprovação de capacidade técnica, o Atestado de Capacidade Técnico devidamente registrado no Conselho Profissional, acompanhado de seu registro oficial, ou seja, a CAT.

12.7.1.1. Os atestados deverão seguir o disposto na RESOLUÇÃO CAU/BR N° 93, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014, que Dispõe sobre a emissão de certidões pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) e dá outras providências, a RESOLUÇÃO CAU/BR N° 91, DE 9 DE OUTUBRO DE 2014, que Dispõe sobre o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente a projetos, obras e demais serviços técnicos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências, RESOLUÇÃO CONFEA N° 1.025, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009, que Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências e a RESOLUÇÃO CONFEA N° 1.050, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013, que Dispõe sobre a regularização de obras e serviços de Engenharia e Agronomia concluídos sem a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e dá outras providências.

12.7.2. Serão aceitos para comprovação da experiência técnica da Licitante, atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando que a Licitante executou de forma satisfatória, serviço compatível com o objeto do Termo de Referência, que contenha em suas características edificações do segmento público ou comercial de escritórios, que reflitam características equivalentes ou tecnicamente mais complexas do que as definidas nas parcelas de maior relevância discriminadas no subitem 12.7.11, e que seu conteúdo, bem como das respectivas CATs, apresentem descritivo claro da instalação técnica e área para a qual se pretende comprovar o acervo.

12.7.3. Não serão aceitos atestados de obras residenciais, condomínios horizontais e verticais, galpões.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

12.7.4. Não será permitido o somatório de Atestados de Capacitação Técnica para atingir as características mínimas das parcelas de maior relevância. Tais características mínimas deverão ser afetas a uma única edificação.

12.7.5. O motivo da exigência constante no subitem anterior se deve ao fato de que o nível de complexidade do objeto desta pretensa contratação não se equivale ao somatório de serviços menores e mais simples;

12.7.6. Não serão aceitos atestados emitidos pelas próprias Licitantes a seu favor ou a favor de profissionais a ela vinculados.

12.7.7. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou com a efetiva execução, entrega e recebimento adequado dos serviços/produtos.

12.7.8. Os atestados deverão estar obrigatoriamente registrados e validados nos respectivos conselhos (CAU/CREA), não sendo aceitos documentos somente protocolados.

12.7.9. A comprovação de atendimento das parcelas de maior relevância não exime a CONTRATADA da elaboração de todos os tipos de projetos e procedimentos especificados no Projeto Básico/Termo de Referência, dentro dos princípios das normas técnicas pertinentes e padrões técnicos definidos pela Fiscalização, ainda que para isso a CONTRATADA necessite de mais de um profissional em cada especialidade em sua Equipe Técnica.

12.7.10. Os atestados relativos a edificações de ocupação mista serão considerados apenas para a ocupação predominante (a de maior área).

12.7.11. Os atestados devem obrigatoriamente atender as seguintes características e parcelas de maior relevância:

12.7.11.1. no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome do Arquiteto Coordenador Responsável Técnico pela empresa com discriminação de área mínima de 1.900,00 m² em única edificação público ou comercial destinada a escritórios, contendo de forma clara a descrição dos serviços de coordenação de projetos executivos de reforma e/ou construção de arquitetura, fundações, cálculo estrutural, instalações (elétricas, lógicas, hidrossanitárias, prevenção e combate a incêndios) layout, acessibilidade, especificação técnica, planilha orçamentária para



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

edificação contendo no mínimo os seguintes ambientes : subsolo garagem, áreas de trabalho, auditório, refeitório, arquivo;

12.7.12.2. no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome do Arquiteto vinculado à equipe técnica da empresa com discriminação de área mínima de 1.900,00 m² em única edificação público ou comercial destinada a escritórios, contendo de forma clara a descrição dos serviços de elaboração de projetos executivos de reforma e/ou construção de arquitetura, layout, acessibilidade, para edificação contendo no mínimo os seguintes ambientes : subsolo garagem, áreas de trabalho, auditório, refeitório, arquivo;

12.7.11.3. no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome do Engenheiro Civil vinculado à equipe técnica da empresa com discriminação de área mínima de 1.900,00 m² em única edificação público ou comercial destinada a escritórios, contendo de forma clara a descrição dos serviços de elaboração de projetos executivos de fundações, para reforma e/ou construção de edificação contendo no mínimo os seguintes ambientes : áreas de trabalho, subsolo garagem, auditório, arquivo;

12.7.11.4. no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome do Engenheiro Civil vinculado à equipe técnica da empresa com discriminação de área mínima de 1.900,00 m² em única edificação público ou comercial destinada a escritórios, contendo de forma clara a descrição dos serviços de elaboração de projetos executivos de cálculo estrutural em concreto armado, para reforma e/ou construção de edificação contendo no mínimo os seguintes ambientes : áreas de trabalho, subsolo garagem, auditório, arquivo;

12.7.11.5. no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome do Engenheiro Civil vinculado à equipe técnica da empresa com discriminação de área mínima de 1.900,00 m² em única edificação público ou comercial destinada a escritórios, contendo de forma clara a descrição dos serviços de elaboração de projetos executivos de cálculo estrutural em aço (estrutura metálica), para reforma e/ou construção de edificação contendo no mínimo os seguintes ambientes: áreas de trabalho, subsolo garagem, auditório, arquivo;

12.7.11.6. no mínimo (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome do Engenheiro Eletricista/Eletrônico vinculado à equipe técnica da empresa com discriminação de área mínima de 1.900,00 m² em única edificação público ou comercial destinada a escritórios, contendo de forma clara a





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

descrição dos serviços de elaboração de projetos executivos de instalações elétricas, lógicas CAT6, grupo gerador, nobreaks, subestação, segurança (CFTV e Alarme), controle de acesso, para reforma e/ou construção de edificação contendo no mínimo os seguintes ambientes : áreas de trabalho, subsolo garagem, auditório, arquivo;

12.7.11.7. no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome do Engenheiro Civil ou Arquiteto vinculado à equipe técnica da empresa com discriminação de área mínima de 1.900,00 m² em única edificação público ou comercial destinada a escritórios, contendo de forma clara a descrição dos serviços de elaboração de projetos executivos de instalações hidrossanitárias (água e esgoto), drenagem, reuso, para reforma e/ou construção de edificação contendo no mínimo os seguintes ambientes : áreas de trabalho, subsolo garagem, auditório;

12.7.11.8. no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome do Engenheiro Mecânico vinculado à equipe técnica da empresa com discriminação de área mínima de 1.900,00 m² em única edificação público ou comercial destinada a escritórios, contendo de forma clara a descrição dos serviços de elaboração de projetos executivos de instalações de ar condicionado e exaustão para reforma e/ou construção de edificação contendo no mínimo os seguintes ambientes : áreas de trabalho, subsolo garagem, auditório, arquivo;

12.7.11.9. no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome do **Arquiteto Civil ou Engenheiro Civil ou Engenheiro Mecânico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho** vinculado à equipe técnica da empresa com discriminação de área mínima de 1.900,00 m² em única edificação público ou comercial destinada a escritórios, contendo de forma clara a descrição dos serviços de elaboração de projetos executivos de instalações de prevenção e combate a incêndios para reforma e/ou construção de edificação contendo no mínimo os seguintes ambientes : áreas de trabalho, subsolo garagem, auditório, arquivo;

12.7.11.10. no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica referente à assessoria em obtenção de etiquetagem energética em sistemas/metodologia PROCEL, LEED ou AQUA.

12.8. CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO TOTAL (PTLi) E ÍNDICE TÉCNICO (IT) DO LICITANTE



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

12.8.1. As Propostas Técnicas serão julgadas de acordo com a **Pontuação Total do Licitante (PTL)** obtida por meio da composição da pontuação dos fatores relativos à **Capacidade Técnica - Fator I (F¹)** e à **Experiência Técnica - Fator II (F²)** do Licitante.

12.8.2. Cada um dos fatores a que se refere o item acima será avaliado conforme os critérios estabelecidos nos itens 12.5, 12.6 e 12.7.

12.8.3. A Pontuação Total do Licitante (PTL) será obtida mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$PTL = F^1 + (2 \times F^2)$$

Onde:

PTL = Pontuação Total do Licitante

F¹ = Fator de Capacitação Técnica do Licitante

F² = Fator de Experiência do Licitante

12.8.4. Após calculada a pontuação técnica (PTL) de todas as propostas apresentadas pelos Licitantes habilitados, será determinada a pontuação técnica máxima (PT_{max}) dentre os referidos Licitantes, para fins de cálculo do **Índice Técnico (IT)**. O **Índice Técnico (IT)** será obtido mediante a divisão da pontuação técnica da proposta em exame (PTL), obtida conforme fórmula constantes no item 12.8.3 do edital, pela maior pontuação técnica dentre todas as propostas julgadas, de acordo com a seguinte fórmula:

$$IT = PTL / PTL_{máx}$$

Onde:

IT = Índice Técnico da proposta em exame

PTL = Pontuação Técnica da proposta em exame

PTL_{max} = Maior pontuação técnica obtida entre os Licitantes

12.8.5. Em todos os cálculos efetuados para o julgamento das Propostas Técnicas, os valores obtidos serão considerados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

13 - DO ENVELOPE III - DA PROPOSTA COMERCIAL



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

13.1. A Proposta Comercial deverá ser entregue separadamente, em envelope fechado e lacrado, contendo na sua parte externa, além do nome e CNPJ do Licitante, os seguintes dizeres:

Envelope III – PROPOSTA COMERCIAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA – CFMV
TOMADA DE PREÇOS nº 01/2017
Razão Social da Proponente e CNPJ

13.2. Cada Licitante poderá apresentar somente 1 (uma) única proposta comercial, não sendo admitidas propostas alternativas.

13.3. A Proposta Comercial constante do Envelope no III deverá ser apresentada em 1 (uma) via impressa, com os valores em Reais, paginada sequencialmente, datada, assinada, rubricada em todas as folhas pelo representante legal do Licitante ou por seu procurador devidamente qualificado, e isenta de emendas, rasuras, ressalvas e entrelinhas.

13.4. A Proposta de Preços deverá ser apresentada de acordo com o modelo e informações constantes no Anexo VIII - **Modelo de Proposta Comercial**, acompanhada de:

13.4.1. Planilha de Preços, conforme modelo no Anexo III;

13.4.1.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4.2. Cronograma de Execução e Pagamento, conforme fases estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência, itens 8 e 9 do Projeto Básico /Termo de Referência, Anexo III-A;

13.4.3. Planilha de Cálculo do BDI, conforme modelo no Anexo II;

13.4.4. Prazo de validade da Proposta de Preços não inferior a **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação;

13.4.5. Dados da empresa, tais como: razão social, CNPJ/MF, endereço completo (inclusive CEP), telefone(s)/fax, endereço eletrônico (e-mail), banco, agência (código e nome) número da conta corrente para efetivação dos pagamentos etc.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

13.5. Em caso de divergência entre o valor numérico e sua equivalente expressão literal por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso.

13.6. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os Licitantes.

13.7. De acordo com o parágrafo 3º, do art. 7º, da lei 8.666/93, é vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.

13.8. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais Licitantes.

13.9. Não serão admitidas alegações de quaisquer tipos de enganos ou erros na apresentação das Propostas de Preços, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

13.10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

13.10.1. Atendidas as exigências do Edital e seus Anexos, será calculado o **Índice de Preço (IP)** das propostas apresentadas pelos Licitantes classificados no julgamento das Propostas Técnicas.

13.10.2. Para efeito de julgamento, o Índice de Preço (**IP**) será obtido mediante a divisão do menor preço proposto pelos Licitantes classificados no julgamento das Propostas Técnicas (**P_{min}**) pelo preço da proposta em exame (**P_i**):

$$IP = P_{\min}/P_i$$

Onde:

IP = Índice de Preço da proposta em exame

P_{min} = Menor preço proposto entre os licitantes classificados

P_i = Preço da proposta em exame

13.10.3. Os valores referidos serão calculados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

13.10.4. Serão desclassificadas as propostas que:

13.10.4.1. não atenderem às exigências contidas neste Edital e em seus Anexos ou que impuserem condições;

13.10.4.2. forem omissas, vagas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar ou confundir o julgamento, a exclusivo critério da Comissão Permanente de Licitações, responsável pelo julgamento desta licitação;

13.10.4.3. apresentarem validade inferior a 90 (noventa) dias de sua apresentação;

13.10.4.4. apresentarem preços UNITÁRIOS superiores aos indicados no valor de referência bem como ao valor global máximo estabelecido para esta contratação.

13.10.5. Será considerada manifestamente inexecutável a proposta cujo algum valor unitário seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

13.10.5.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou Valor orçado pela Administração.

13.10.5.2. apresentarem preço total ou unitário simbólico, irrisório ou de valor igual a zero, incompatível com os preços e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

13.10.5.3. Poderá a Comissão, diante de uma proposta de preço a princípio inexecutável, a seu único e exclusivo critério, solicitar que a proponente demonstre justificadamente a exequibilidade de sua proposta, cabendo à Comissão Permanente de Licitação a decisão final sobre a sua classificação.

13.10.6. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, inclusive descontos ou financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou que apresentem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais Licitantes.

13.10.7. Caso haja erros ou divergências entre os valores, serão considerados, para efeito de julgamento, os seguintes parâmetros:





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

13.10.7.1. erro de transcrição das quantidades constantes da planilha em relação à proposta: serão considerados os valores unitários e as quantidades constantes da planilha, corrigindo-se o valor total com base no produto obtido;

13.10.7.2. erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente obtida da planilha: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;

13.10.7.3. erro de adição: será retificado, com base no valor obtido no somatório das parcelas.

13.10.8. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais Licitantes.

13.10.9. Caso todas as Propostas de Preços sejam desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitações responsável pelo julgamento desta licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para que os Licitantes apresentem novas propostas sanadas das causas que determinaram sua desclassificação. Neste caso, permanecerão inalteradas as Propostas Técnicas, bem como o resultado do respectivo julgamento.

14 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES

14.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em Sessão Pública, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nºs I, II e III e procederá à abertura da licitação.

14.1.1. A Sessão Pública poderá ser assistida por qualquer pessoa, mas somente dela participará ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

14.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

14.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura do Envelope I – Documentação para Habilitação.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

14.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes, e consultado o SICAF, se for o caso.

14.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.4.1. SICAF;

14.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

14.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

14.4.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1498:3:102393501078299:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO

14.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.6. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.6.1. Não ocorrendo a inabilitação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório.

14.6.2. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes II - Proposta Técnica e III - Proposta Comercial, rubricados externamente por todos os





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

14.7. Ao licitante inabilitado serão devolvidos os respectivos Envelopes II e III, sem serem abertos, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

14.8. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes II e III dos licitantes habilitados serão abertos na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

14.8.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes II e III serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

14.8.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

14.9. As propostas de técnica e de preço dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório.

14.10. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

14.11. Em todas as sessões públicas, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

14.12. Será considerado inabilitado o licitante que:

14.12.1. Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do SICAF, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

14.12.2. Incluir as propostas de técnica e/ou preços no Envelope I.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

14.13. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.14. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.15. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

14.15.1. O resultado da habilitação também será disponibilizada pelo site do CFMV, no endereço <http://portal.cfmv.gov.br/portal/licitacoes/index/secao/1>

15 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

15.1. O critério de julgamento das propostas será realizado em conformidade com o tipo de licitação Técnica e Preço, correspondendo 60% (sessenta por cento) à TÉCNICA e 40% (quarenta por cento) ao PREÇO, observadas as regras estabelecidas.

15.2. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes presentes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas e utilizar-se, se for o caso, de assessoramento técnico específico, através de parecer que integrará o processo.

15.3. A classificação das empresas Licitantes se dará mediante ponderação entre a pontuação obtida na Proposta Técnica, retratada pelo Índice Técnico (IT), calculado conforme descrito no item 12.8, e a obtida na Proposta de Preços, representada pelo Índice de Preço (IP), calculado conforme descrito no item 13.10.

15.4. A soma do Índice Técnico (IT) e do Índice de Preço (IP), cujos pesos correspondem a 0,6 (seis décimos) e 0,4 (quatro décimos) respectivamente,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

representará a Nota Final (NF) das Propostas Técnica e de Preços, conforme a seguinte fórmula:

$$NF = (0,6 \times IT) + (0,4 \times IP)$$

Onde:

NF= Nota Final

IT = Índice Técnico

IP = Índice de Preço

15.5. A obtenção do valor de ponderação das Propostas Técnica e de Preços (NF) representa o julgamento final das propostas.

15.6. Após a ponderação, os Licitantes serão classificados na ordem decrescente do valor da **Nota Final (NF)**, sendo considerado vencedor o Licitante que obtiver maior pontuação na **Nota Final (NF)**.

15.7. A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procederá à comparação com a pontuação da primeira colocada, **se esta for empresa de maior porte**, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

15.7.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) abaixo da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

15.7.2. Sendo constatado o empate ou empate ficto (item **15.7.1.**), a microempresa ou empresa de pequeno porte, poderá apresentar nova proposta de preço no prazo máximo de 01 (um) dia útil, contado da notificação, sob pena de preclusão.

15.8. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.

15.9. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.

15.10. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.

15.11. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

15.11.1. produzidos no País;

15.11.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

15.11.3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

15.12. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá pelos seguintes critérios de desempate:

a) melhor nota técnica;

b) menor preço;

c) sorteio, a ser realizado em ato público, para o qual serão convocados todos os Licitantes.

15.13. Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.

15.14. Proclamado o resultado da Classificação e transcorridos os prazos recursais ou havendo, por parte das Licitantes, declínio do direito de recorrer, será declarada a vencedora do certame.

15.15. As decisões da Comissão Permanente de Licitação poderão ser comunicadas mediante publicação no Diário Oficial da União, ou no sítio do Conselho Federal de Medicina Veterinária, salvo aquelas que puderem ser comunicadas diretamente, mediante ofício ou ata, aos representantes legais dos licitantes, principalmente, quanto a:

15.15.1. julgamento da habilitação do licitante;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

15.15.2. julgamento das propostas técnica e de preço;

15.15.3. resultado de recurso porventura interposto;

15.15.4. resultado de julgamento desta TOMADA DE PREÇOS.

16 - DOS RECURSOS

16.1. Observado o disposto no artigo 109 da Lei n.º 8.666/93, o licitante poderá apresentar recurso ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação, julgamento das propostas, anulação ou revogação desta TOMADA DE PREÇOS.

16.1.1. Para efeito do disposto no § 5º do art. 109 da Lei n.º 8.666/93, ficam os autos desta Tomada de Preços com vista franqueada aos interessados.

16.1.2. Na hipótese de recurso contra a decisão da Comissão, na fase de julgamento da habilitação, os envelopes contendo as propostas técnicas e de preços, permanecerão em invólucro que será rubricado por todos os presentes devidamente cadastrados, para posterior abertura, em data que será fixada pela Comissão Permanente de Licitação, o que fará constar em ata.

16.2. Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

16.3. Findo o período previsto na condição anterior, impugnado ou não o recurso, a Comissão Permanente de Licitação poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente instruído, para apreciação e decisão da autoridade competente do CFMV.

16.4. Na contagem dos prazos será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, prorrogando-os automaticamente, para o primeiro dia útil subsequente, quando recair em data em que não haja expediente.

16.5. O recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital e seus Anexos não serão conhecidos.

17 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

17.1. Após o regular decurso da fase recursal, o processo será submetido à autoridade competente para analisar a regularidade do processo licitatório, podendo homologá-lo e consequentemente adjudicar o objeto licitado ao licitante vencedor.

17.2. O objeto desta licitação será adjudicado ao proponente que obtiver a maior nota final, obedecidos os critérios fixados neste Edital e seus anexos.

17.3. A execução do serviço correspondente ao objeto será adjudicada GLOBALMENTE a uma única empresa, atendidas as Condições desta Tomada de Preços.

17. 4. Proferida a decisão, após decorrido o prazo recursal, o extrato com o resultado da licitação será publicado no Diário Oficial da União.

18 - DO TERMO DE CONTRATO

18.1. Depois de homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada via Ofício, para assinatura do contrato, dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis do recebimento do expediente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, seus anexos e nas legislações pertinentes.

18.1.1. O prazo supracitado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

18.1.2. Alternativamente à(s) convocação(ões) para comparecer(em) perante este CFMV para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio que achar necessário, para que seja(m) assinada(s) e devolvidas no prazo de até 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.2. Quando a licitante convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocado outra licitante para assinar o contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida à ordem de classificação, conforme estabelece o § 2º do art. 64 da Lei 8.666/1993.

18.3. As condições contratuais estão previstas no anexo XIV deste edital.

19 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

19.1. A Licitante vencedora prestará garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, **contados da data da assinatura do instrumento contratual**, em percentual equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, com validade durante toda a execução do objeto e mais 1 (um) mês após o término da vigência contratual, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei nº 8.666/93, a saber:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

19.2. Em se tratando de fiança bancária deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil.

19.3. Quando se tratar de caução em dinheiro deverá ser recolhida pela CONTRATADA, em conta específica com correção monetária, a ser aberta na Caixa Econômica Federal, após obter junto à Área Administrativa, o competente ofício de encaminhamento.

19.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá garantir o seguinte:

- 19.4.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 19.4.2.** prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 19.4.3.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
- 19.4.4.** obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA;

19.5. A modalidade de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item acima.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

19.6. A garantia será restituída automaticamente, ou por solicitação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do final da vigência do contrato ou da rescisão, em razão de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei, somente após comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

19.7. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

19.7.1. O atraso superior ao previsto no item **19.1** autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento, conforme dispõe o inciso I do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.8. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

19.8.1. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a FISCALIZAÇÃO do contrato poderá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

19.9. A perda da garantia em favor do CFMV, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

19.10. A garantia deverá ser integralizada num prazo máximo de 30 (trinta) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores.

19.11. A garantia será considerada extinta:

19.11.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

19.11.2. após 30 dias após o término do contrato, observado o que determina a totalidade do item sobre as Garantias.

19.12. Se por qualquer motivo a garantida oferecida deixar de subsistir (extinção), incumbe à CONTRATADA oferecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, outra



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

garantia em substituição, em percentual e nas condições previstas neste edital e na legislação de regência.

19.13. O CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

19.13.1. caso fortuito ou força maior;

19.13.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

19.13.3. descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

19.13.4. prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

20 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

20.1. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

20.2. O contrato poderá ser prorrogado com base no art. 57, I, da Lei nº 8.666/1993.

21 - DO REAJUSTE DE PREÇOS

21.1. Somente será admitido reajuste se o prazo de execução venha a ser superior a 12 (doze) meses, salvo se a prorrogação ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, hipóteses em que não haverá reajuste, obedecidos o disposto na Lei nº 8.666/93, e alterações e demais diplomas legais pertinentes.

21.2. Caso o prazo contratual exceda os 12 (doze) meses, o valor poderá ser corrigido mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, pela variação do índice INCC ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da CONTRATADA.

22 - DAS ALTERAÇÕES E DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

22.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, conforme o caso.

23 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO
--

23.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se restar caracterizado qualquer um dos motivos previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

23.2. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, asseguradas à Contratada, na segunda hipótese, as garantias do contraditório e da ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para quê, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não acolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão recorrida.

23.3. Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicial, nos termos da legislação.

23.4. Nos casos de rescisão, o CONTRATANTE adotará as providências indicadas no art. 80 da Lei nº 8.666/93, entre outras previstas em lei.

24 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Com fundamento nos artigos 81, 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993, nos casos de retardamento, falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada com às seguintes sanções:

I. advertência;



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- II. multa;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CFMV, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos normativos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

24.2. A sanção de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- I. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao CFMV;
- II. descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente;
- III. outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CFMV, a critério do CFMV, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

24.3. A multa por retardamento ou inexecução contratual deste ajuste poderá ser aplicada em até 20% (vinte por cento) nas seguintes situações:

- I. por atrasos na execução do Contrato, sendo calculada sobre o valor da fatura correspondente ao período da prestação dos SERVIÇOS em que tenha ocorrida a falta;
- II. pela inexecução parcial ou execução insatisfatória do Contrato, sendo calculada sobre o valor total do Contrato;
- III. pela recusa injustificada em assinar o Contrato, sendo calculada sobre o valor total do Contrato, exceto aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei n.º 8.666/93;
- IV. pela não apresentação da garantia contratual, sendo a multa de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato;
- V. pela interrupção da execução do Contrato, sem prévia autorização do CFMV, sendo calculada sobre o valor total do Contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

VI. pela inexecução total do Contrato, sendo calculada sobre o valor total do Contrato.

24.3.1. Os percentuais definidos nesta cláusula são:

I. De 1% (um por cento) sobre o valor fatura correspondente ao período da prestação dos SERVIÇOS, por dia de atraso no início da execução dos serviços, limitados a 10% do mesmo valor.

II. De até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste instrumento e no projeto básico.

III. De até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da CONTRATADA.

24.4. A suspensão do direito de licitar e contratar com o CFMV poderá ser aplicada à CONTRATADA se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução deste ajuste, nos seguintes prazos e situações:

I. por até 6 (seis) meses:

- a) atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros para o CFMV;
- b) execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência ou multa.

II. por até 2 (dois) anos:

- a) pela recusa injustificada em assinar o Contrato, exceto aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei n.º 8.666/93
- b) por inexecução total dos SERVIÇOS contratados;
- c) prestação dos SERVIÇOS em desacordo com o PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA - Anexos I do Edital de Tomada de Preços xx/2017, não efetuando sua correção após solicitação do CFMV;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- d) cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao CFMV, ensejando a rescisão do Contrato por sua culpa;
- e) condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- f) apresentação, ao CFMV, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- g) demonstração, a qualquer tempo, de não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o CFMV, em virtude de atos ilícitos praticados;
- h) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei no 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do CFMV após a assinatura deste Contrato;
- i) reprodução, divulgação ou utilização, em benefício próprio ou de terceiros, de quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução deste Contrato, sem consentimento prévio do CFMV.

24.5. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será aplicada à CONTRATADA que, dentre outros casos:

- I. tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- III. demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o CFMV, em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV. reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do CFMV.
- V. agir de má-fé, de forma maliciosa e premeditada em prejuízo ao CONTRATANTE;
- VI. atuar com interesses escusos;



Serviço Público Federal
Conselho Federal de Medicina Veterinária

VII. reincidir em faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE;

24.5.1. A declaração de inidoneidade implica proibição da CONTRATADA de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o CFMV.

24.6. O CFMV poderá aplicar à CONTRATADA multa moratória e multa por inexecução total ou parcial do Contrato.

24.7. As multas serão deduzidas da garantia e caso o seu valor seja superior ao valor da garantia a que se refere à cláusula décima oitava, a diferença será descontada dos pagamentos devidos pelo CFMV ou cobrada judicialmente.

24.8. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções de advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

24.9. O valor da multa, caso seja superior ao valor da garantia, será calculado e cobrado pela dedução nos pagamentos devidos do respectivo contrato observado o parágrafo 3º do artigo 86 da Lei nº 8666/93.

24.10. No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da respectiva intimação.

24.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, tudo em conformidade com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

25 - DA FISCALIZAÇÃO

25.1. A fiscalização será realizada nas condições previstas no Projeto Básico/Termo de Referência, Anexo I deste Edital e minuta de Contrato.

26 - DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

26.1. A Administração do Conselho Federal de Medicina Veterinária -CFMV, com relação a esta TOMADA DE PREÇOS:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

26.1.1. deverá anulá-la, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

26.1.2. poderá revogá-la, a seu juízo, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

26.1.3. Poderá transferir a data de abertura dos envelopes “Documentação” e “Propostas”, por sua conveniência exclusiva.

26.2. Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta TOMADA DE PREÇOS:

26.2.1. a anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93;

26.2.2. a nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na subcondição anterior;

26.2.3. no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

26.2.4. A adjudicação e a homologação do resultado desta licitação não implicarão direito à contratação.

27 - DO FORO

27.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal de Brasília, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir eventuais questões relativas a este contrato.

28 - DOS ANEXOS

28.1. Integram este edital os seguintes anexos:

ANEXO I	PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	COMPOSIÇÃO DO BDI



Serviço Público Federal
Conselho Federal de Medicina Veterinária

ANEXO III	PLANILHA DE PREÇOS
ANEXO III.A	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO
ANEXO IV	MODELO DE DECLARAÇÕES
ANEXO IV.A	DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO NO OBJETO E DE PROFISSIONAL AUTORIZADO A REALIZAR A VISTORIA NO CFMV
ANEXO IV.B	DECLARAÇÃO DE EXAME DE PROJETO BÁSICO - TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO V	CARTA DE CREDENCIAMENTO
ANEXO VI	DECLARAÇÃO DE VISTORIA AO LOCAL DO PROJETO E ÁREAS ADJACENTES
ANEXO VII	DECLARAÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO
ANEXO VIII	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO IX	DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
ANEXO X	TERMO DE INDICAÇÃO DOS INTEGRANTES DA EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA
ANEXO X.A	TERMO DE COMPROMISSO
ANEXO XI	DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE ACEITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA
ANEXO XII	TABELA DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA - FATOR F (I)
ANEXO XIII	TABELA DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA - FATOR F (II)
ANEXO XIV	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO XV	TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E PATRIMONIAIS

Vitor Hugo da Silva Ramos

Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Matrícula nº 0345

Michel de Lima

Membro Titular da CPL
Matrícula nº 0449

Fernanda Silva Veloso

Membro Titular da CPL
Matrícula nº 0533

Vilma Mesquita

Membro Titular da CPL
Matrícula nº 0538